

NOVAS FRONTEIRAS DO JORNALISMO DE INVESTIGAÇÃO: DO LOBO SOLITÁRIO À ALCATEIA

Pedro Coelho

ICNOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, Portugal

RESUMO

Este artigo recorre à revisão bibliográfica para percorrer 100 anos de história do jornalismo de investigação, fixando-se no conceito, em toda a sua amplitude, ao eleger a investigação jornalística como a expressão mais direta do jornalismo de qualidade.

Retomando a discussão sobre as diferenças entre jornalismo de investigação e jornalismo quotidiano, que, ainda hoje, cria clivagens no seio da classe jornalística, mas também na academia, este artigo rejeita a visão abrangente de que todo o jornalismo é de investigação.

Avaliando o impacto dos fatores externos, como o mercado e a tecnologia, na matriz do conceito de jornalismo de investigação, esta análise tenta identificar soluções que contribuam para que a função de *cão de guarda*, atribuída ao jornalismo de investigação, permaneça ativa.

Nesse sentido, este artigo aprofunda as novas fronteiras do jornalismo de investigação, salientando o potencial da tecnologia digital para, simultaneamente, manter sob escrutínio os poderes num mundo cada vez mais complexo; criar redes de colaboração entre jornalistas que alarguem a escala das matérias publicadas e reforcem o impacto; promover parcerias entre órgãos de comunicação social, entidades não lucrativas e universidades; encontrar soluções, que tardam, para que o jornalismo de investigação chegue aos territórios periféricos, onde ainda tem uma expressão absolutamente residual.

PALAVRAS-CHAVE

jornalismo de investigação, jornalismo de qualidade, jornalismo quotidiano, tecnologia, mercado

NEW FRONTIERS OF INVESTIGATIVE JOURNALISM: FROM THE LONE WOLF TO THE PACK

ABSTRACT

This paper resorts to a literature review to cover 100 years of investigative journalism history, focusing on the concept by choosing journalistic investigation as the prime embodiment of high-quality journalism, providing a broad perspective on the topic.

Resuming the debate on the differences between investigative journalism and day-to-day journalism, which still creates rifts among the journalistic class, but also within academia, this article dismisses the all-encompassing view that all journalism is investigative.

By assessing the impact of external factors, such as the market and technology, on the matrix of the investigative journalism concept, this analysis seeks to identify potential solutions that can sustain the *watchdog* role associated with investigative journalism.

As such, this paper delves into the new frontiers of investigative journalism, simultaneously highlighting the potential of digital technology to keep powers under scrutiny in an increasingly complex world; create collaborative networks among journalists that expand the scope and enhance the impact of published stories; foster partnerships between media organisations, non-profit organisations and universities; and find long overdue solutions to ensure that investigative journalism reaches peripheral territories, where it still has an utterly marginal presence.

KEYWORDS

investigative journalism, quality journalism, day-to-day journalism, technology, market

1. INTRODUÇÃO

Este artigo explora o conceito clássico de jornalismo de investigação, acentuando aquilo que o distingue da prática quotidiana, mas também a forma como a tecnologia digital, sem alienar a matriz do conceito, promoveu o seu alargamento, acrescentando novos desafios ao jornalismo e ao jornalista de investigação. Num ambiente moldado pelo mercado, esta reflexão analisa, igualmente, a forma como o jornalismo de investigação resiste, aliado a novos modelos de negócio e a novas formas de produção e distribuição.

A crise de sustentabilidade nos média, provocada pelo digital e acentuada pelo re-bentamento da bolha do mercado hipotecário, em 2007, nos Estados Unidos da América, desintegrou, como reconhecem diversos autores, o negócio do jornalismo, provocando cortes nas redações, reduções salariais e encerramento de plataformas jornalísticas em todo o mundo (Birnbauer, 2019; Cagé, 2016; Hoxha, 2019; Jack, 2006; Starkman, 2014; Starr, 2011). Esse “meteorito”, na expressão de Ramonet (2011, p. 11), provocou uma alteração radical em todo o “ecossistema mediático”, tendo como primeira vítima a qualidade jornalística, como complementam diversas análises (Cagé, 2016; Kovach & Rosenstiel, 2010; Tong, 2022).

Ultrapassando a dificuldade inerente à definição do conceito de qualidade, sobretudo se aplicada ao jornalismo (Marinho, 2015), muitos autores estabelecem um paralelo direto entre qualidade e jornalismo de investigação¹ (Antelava, 2018; Birnbauer, 2019; Coelho & Rodrigues, 2020; Starkman, 2014; Tong, 2022), acentuando outros autores que a quebra de qualidade aberta pela crise de sustentabilidade teve especiais reflexos no jornalismo de investigação (Burgh, 2021; Cagé, 2016; Hamilton, 2016; Hoxha, 2019; Jack, 2006; Knobel, 2018).

¹ Neste artigo, analisamos a vasta amplitude do conceito de jornalismo de investigação, colocando sob a sua égide os conceitos vizinhos de jornalismo de prestação de contas (*accountability journalism*), jornalismo de *cão de guarda* (*watchdog journalism*), reportagem aprofundada (*in-depth reporting/long-form exposé*), jornalismo de interesse público (*public interest journalism*), no sentido sintetizado por Bill Birnbauer (2019), que destaca o paralelo estabelecido por muitos autores entre jornalismo de investigação e democracia (p. 57).

Dean Starkman (2014), prolixo sobre a matéria, descreve o desaparecimento, nas redações, das vozes dissidentes e enfatiza os cortes permanentes que a “desintegração do negócio” (p. 246) provocou no jornalismo de investigação. O desinvestimento no jornalismo de investigação “não poderia ter vindo em pior altura” (p. 246). “O cão de guarda deixou de ladrar” (p. 4), conclui.

A análise de Bill Birnbauer (2019) parece seguir em sentido oposto. Para provar a sua tese, o autor australiano socorre-se de diversos estudos, incluindo um estudo de Knobel (2018), onde a autora, respondendo diretamente a Starkman, apresenta provas de que “o cão de guarda ainda ladra”. Com base na interpretação que faz desses estudos, Birnbauer (2019) conclui que os editores fizeram valer “a cultura e os valores do jornalismo” (p. 52), protegendo a reportagem de investigação e as equipas de jornalistas que as faziam.

Veremos adiante que estas duas visões, aparentemente em oposição, têm um ponto comum a uni-las.

A omnipresença da guerra na Ucrânia ajuda-nos a enquadrar as linhas de pensamento que estruturam este artigo, desde logo as diferentes velocidades do jornalismo, mas também os novos desafios que o jornalismo tem de enfrentar para participar na preservação da democracia (Sarmina, 2018).

Como alerta Natalia Antelava (2018), o jornalismo quotidiano é “descartável”, não tendo sido “desenhado para se manter numa história” (p. 220). A guerra na Ucrânia, elevada ao estatuto diário de notícia desde 24 de fevereiro de 2022, rompe essa lógica universal.

Numa guerra, um ambiente moldado pela propaganda e pelas notícias falsas, a disseminação de verdades amputadas é veloz e difícil de controlar e os jornalistas, como reconhece Medea Benjamin (2014), têm tendência a ser mais *cães de colo* do que *cães de guarda* do Governo, silenciando visões dissonantes.

Os textos que Martha Gellhorn (2007) escreveu sobre a guerra do Vietname nunca foram publicados em jornais nacionais. A repórter precisou do britânico *The Guardian* para publicar e contrariar a “versão oficial americana da guerra” (p. 448).

Nas décadas de 60 e 70 do século passado, o controlo da informação por parte do Estado permitiu-lhe ter “o controlo da realidade” (Sarmina, 2018, p. 193), o que facilitou a exclusão de Martha Gellhorn do coro de vozes oficiais que alinharam com uma determinada visão da guerra do Vietname. No entanto, na era digital, o controlo dos fluxos de informação requer instrumentos muito mais complexos, que, “quanto mais invisíveis forem, mais poderosos serão” (p. 194).

A era digital terá de usar a mesma receita que a era analógica tentou usar para desafinar o coro da visão oficial forjada na propaganda e na desinformação. Se, no século passado, Martha Gellhorn (2007) encontrava no “jornalismo sério, cuidadoso e honesto... um meio (...) de esclarecer os factos” (p. 420), na era digital, Jingrong Tong (2022) considera que, quando a “saúde da democracia” está ameaçada pela “desinformação e pelas notícias falsas”, “precisamos de jornalismo de qualidade mais do que nunca” (p. 170). E “essa necessidade”, completa a autora, é o que “obriga” o jornalismo a “sobreviver e a reviver” (p. 170).

Estamos, exatamente, no ponto da sobrevivência, alerta Barbie Zelizer (2017): “o estado de cansaço em que o jornalismo se encontra é o gatilho que espoleta o seu renascimento” (p. 7).

Na era digital, o renascimento do “jornalismo de qualidade, em concreto do jornalismo de investigação” (Tong, 2022, p. 171), exige, todavia, ao jornalista “novas competências, mas também autonomia e pensamento crítico” (p. 138). De facto, como reconhecem Oliver Hahn e Florian Stalph (2018), “o jornalismo de investigação foi fortemente afetado pela transformação digital” (p. 2).

2. JORNALISMO DE INVESTIGAÇÃO

A definição clássica de jornalismo de investigação tem resistido aos avanços do tempo e, mesmo que o conceito original tenha alargado o âmbito, à mercê das influências do mercado e da tecnologia, exigindo do jornalista de investigação novas competências e impondo-lhe novos desafios, a matriz do conceito mantém-se. Essencialmente, a definição clássica de jornalismo de investigação, assente no desejo, forjado na viragem do século XIX para o século XX, a partir do contributo dos *muckrakers*², de colocar os poderosos sob escrutínio, não se alterou e tem sido partilhada por diversos autores, em diversos períodos (Anderson & Benjaminson, 1976; Aucoin, 2005; Birnbauer, 2019; Burgh, 2021; Hamilton, 2016; Houston & Horvit, 2021; Kovach & Rosenstiel, 2010; Randall, 2016; Starkman, 2014; Tong, 2022)³.

A definição de jornalismo de investigação, que encontramos no *Oxford Dictionary of Journalism* (Dicionário de Oxford de Jornalismo; Harcup, 2014), materializa a função de *cão de guarda* dos poderes, referindo-se à “reportagem que pretende descobrir algo que alguém quer que permaneça secreto” (p. 144). A missão, de um ou vários jornalistas, envolve trabalho de investigação “detalhado e demorado” na descoberta de “algum tipo de alegada transgressão” (p. 144).

Esta definição deve ser complementada com a descrição de algumas tarefas específicas que, agindo sob o primado da ética, permitem ao jornalista de investigação atingir o propósito de desvendar o oculto, apurando quem, quando e onde oculta, por que oculta e como oculta.

2.1. JORNALISMO DE INVESTIGAÇÃO E JORNALISMO QUOTIDIANO

Em 1976, ainda no rescaldo do caso Watergate e do impulso de dois anos de revelações sobre o assalto à sede do Partido Democrata, em 1972, os jornalistas de investigação

² A palavra não tem tradução literal em português, mas o termo cunhado pelo Presidente Teddy Roosevelt, em 1906, está relacionado com o ato de “escavar na lama à procura de histórias sensacionalistas” (Zelizer & Allan, 2010, pp. 74–75) e retrata o restrito grupo de jornalistas crítico do poder que, no início do século XX e até ao advento da Primeira Guerra Mundial, denunciava, sobretudo, casos de corrupção. Ainda que a sua ação possa aproximar-se de um jornalismo de causas, e a sua escrita não obedeça aos cânones literários, os *muckrakers* estão associados aos primórdios do jornalismo de investigação (Hoxha, 2019; Starkman, 2014).

³ A referência não é exaustiva e pretende, apenas, através do pensamento de autores de referência nos estudos do jornalismo, assinalar diversos momentos estruturantes. A mesma abordagem poderá ser encontrada em Hahn e Stalph (2018), Hoxha (2019), Lück e Schultz (2019), Knobel (2018), Starr (2011), Zelizer e Allan (2010).

David Anderson e Peter Benjaminson (1976) publicam o primeiro livro inteiramente dedicado ao jornalismo de investigação.

Para afirmar as diferenças que separam o jornalismo de investigação do jornalismo quotidiano, o livro abre a discussão pelo argumento que anula essa distinção: “um repórter que faça bem o seu trabalho já é, em parte, um investigador. Os que apenas se limitam a gravar os poderosos (...) para atrair a atenção dos média são publicitários ou estenógrafos, não são jornalistas” (Anderson & Benjaminson, 1976, p. 3).

De facto, a ideia de que todos os jornalistas se deixam guiar pelo instinto natural de *cão de guarda*, sem diferenças entre perfis e cultivando todos o mesmo grau de envolvimento com o objeto jornalístico, é um argumento utilizado por muitos jornalistas (Aucoin, 2005)⁴ e alguns académicos (Lanosga et al., 2015)⁵. Não é essa a nossa posição.

David Randall (2016) condensa, numa frase, a linha de fronteira que separa o jornalismo de investigação do jornalismo quotidiano: “o jornalismo de investigação começa onde o jornalismo quotidiano para” (p. 128). A atualidade, matéria-prima do jornalismo quotidiano, tem prazos curtos e a publicação não pode esticar para lá das exigências desse efémero. Randall destaca isso mesmo, “o ponto” em que o jornalista quotidiano “tem de parar e relatar” o que descobriu e não descobriu (p. 128). Por sua vez, o jornalista de investigação, a trabalhar numa outra velocidade, “não” precisa de “aceitar nem o segredo, nem a recusa das fontes oficiais... Pode descobrir por ele próprio” (Randall, 2016, p. 128).

A observação de Randall (2016) sugere que o jornalismo de investigação não anula o jornalismo quotidiano. As duas diferentes abordagens complementam-se, corporizando ambas a nobre missão do jornalismo de servir o público.

Dean Starkman (2014) também estabelece uma distinção clara entre jornalismo de investigação, que o autor classifica como jornalismo de prestação de contas (*accountability reporting*), e jornalismo quotidiano, *access reporting*, mas a linha argumentativa do autor reflete uma clara sobrevalorização do *accountability reporting*, apontando ao *access reporting* um conjunto de práticas que aparentam perverter o quadro de valores do jornalismo. Dean Starkman (2014) quebra o laço e a complementaridade entre as duas velocidades do jornalismo, cujo fundamento já aqui foi valorizado:

⁴ Na lista dos jornalistas que defendem que todo o jornalismo é jornalismo de investigação, James Aucoin (2005) destaca Carl Bernstein e Robert Maynard, citando declarações públicas que os dois jornalistas do *Washington Post* fizeram em meados da década de 70 do século passado. Aucoin destaca, igualmente, as posições de Richard Dudman, do *St. Louis Post-Dispatch*, e de Jonathan Kwitny, do *Wall Street Journal*, expressas no mesmo período.

⁵ Num estudo publicado em 2015, resultado de dois questionários, com o mesmo tipo de questões, feitas a 1.900 jornalistas norte-americanos (1.080 jornalistas quotidianos, 861 jornalistas de investigação), no final de 2013, Lanosga et al. (2015) concluem que existem diferenças entre jornalistas de investigação e jornalistas quotidianos, mas essas diferenças refletem, sobretudo, os papéis que cada grupo entende ter na profissão. Os autores questionam o facto de jornalistas e académicos assumirem que os jornalistas de investigação formam um “grupo à parte”, sem que essa afirmação esteja legitimada por estudos académicos. Este estudo, como sustentam os autores, resolve esse “lapso”. Analisando as respostas, os autores do estudo admitem que os jornalistas de investigação, por estarem “mais disponíveis” do que os jornalistas quotidianos a utilizarem “técnicas controversas de reportagem”, tenham “padrões éticos mais baixos” do que os restantes jornalistas, o que, concluem os autores, “contraria a literatura” sobre a matéria. Os autores também assinalam o que consideram ser uma “consequência intrigante”: ao mesmo tempo que os jornalistas de investigação se afirmam “mais adversativos relativamente aos servidores públicos” do que os restantes jornalistas, “também estão mais disponíveis para trabalharem” com esses funcionários (Lanosga et al., 2015, pp. 2, 20).

o *access reporting* diz aos leitores o que dizem os poderosos, o *accountability* diz-lhes o que fazem os poderosos (...). Tendencialmente, o *access* fala com as elites; o *accountability* com os dissidentes (...). O *access* transmite visões ortodoxas; o *accountability* (...) heterodoxas (...). No jornalismo financeiro, o *access* foca-se no interesse dos investidores; o *accountability* foca-se no interesse do público (...). O *access* (...) as suas histórias são mais fáceis, ou pelo menos, mais rápidas e raras vezes suscitam o confronto (...). O *accountability reporting* é marginal, mais dispendioso... de produção mais lenta, mais stressante e destinado a fazer inimigos... Em síntese: o *accountability* é o cão de guarda que chega à história que o *access* falha... Sem o *accountability*, o jornalismo não tem objetivo, não tem foco, não tem ponto. (pp. 10–11)

2.2. OS TEMAS QUE DESENCADEIAM INVESTIGAÇÕES

O jornalismo de investigação está muitas vezes associado à denúncia das más práticas originadas nos diversos organismos da administração pública, concretizadas por servidores públicos em geral, sobretudo políticos no ativo ou outros que tenham assumido cargos públicos de relevo. O espectro temático mais evidente inclui, igualmente, a denúncia de más práticas de empresas privadas e respetivos gestores, desde logo os que mantêm vínculos profissionais mais apertados com o Estado, mas também nas fundações e os seus gestores, bem como outras entidades — e respetivos responsáveis — da sociedade civil, em especial as que recebem apoios públicos.

A escolha do tema depende, sobretudo, de três fatores: da originalidade e da iniciativa do repórter (Hamilton, 2016; Houston & Horvit, 2021; Hunter, 2018; Novais, 2022; Randall, 2016), dos custos associados ao trabalho (Hamilton, 2016) e do impacto potencial que a *desocultação* do tema possa gerar.

A este propósito, para avaliar o impacto das histórias de investigação, Hamilton (2016) analisou a carreira do jornalista de investigação da Carolina do Norte, Pat Stith, exemplo que à frente detalharemos, e concluiu que, em quatro décadas de trabalho, as reportagens de Stith geraram 4.700.000 \$ em benefícios para a comunidade. A conclusão do académico norte-americano exorta, por isso, o poder político e a sociedade civil a zelarem pelo reforço do jornalismo de investigação:

um dólar investido (...) no jornalismo de investigação pode gerar centenas de dólares em benefícios para a sociedade quando as políticas públicas mudam. As reportagens de investigação, que custam milhares de dólares, podem gerar milhões em benefícios para a comunidade. (Hamilton, 2016, p. 279)

Andrew Lehren (2018) pega, exatamente, no exemplo de Pat Stith para sublinhar a relevância do impacto do jornalismo de investigação. A aliança que Stith firmou com a tecnologia permitiu-lhe alargar a escala das suas histórias e, igualmente, o impacto.

O lucro social associado a estes trabalhos, quando provocam mudança, alteram leis obsoletas, denunciam casos de corrupção, revelam redes criminosas, não tem correspondência direta no lucro financeiro, mas o investimento, como reconhece Philippe Meyer (2004), é de longo prazo, porque “a qualidade traz associado o sucesso empresarial” (p. 79).

O impacto de uma investigação determina que o jornalista não abandone o tema depois da publicação ou exibição. Há que seguir o lastro da história e investigar as novas pistas geradas pelo impacto (Hamilton, 2016; Houston & Horvit, 2021; Hunter, 2018).

2.3. O DESAFIO DE DESOCULTAR

Por ser mais complexo e original do que o jornalismo quotidiano, por demorar mais tempo, incomodar mais pessoas e ser mais exigente relativamente às fontes oficiais (Birnbauer, 2019); porque os jornalistas de investigação enfrentam maiores dilemas éticos, têm maiores preocupações de transparência, consultam mais documentos, gastam mais tempo a produzir as histórias do que os jornalistas quotidianos (Houston & Horvit, 2021), o jornalismo de investigação é “uma forma superior de jornalismo” (Coelho & Silva, 2018; Knobel, 2018).

O desafio da investigação é, pelas razões apontadas, demasiado exigente para o jornalista. “Agitar um ninho de vespas”, reconhecem Oliver Hahn e Florian Stalph (2018, pp. 2–3), tem custos. Há um conflito permanente entre quem investiga e quem é investigado e que se esforça, “criando obstáculos”, para evitar a pressão da investigação. Ao jornalista compete resistir, “ultrapassando” cada um desses obstáculos.

Jingrong Tong (2022) resume a natureza desse conflito — “o jornalismo de investigação coloca o jornalismo contra o poder” (p. 34) — estando essa evidência na base de um paradoxo assinalado por dois autores, numa análise separada por 12 anos. James T. Hamilton (2016) e Érik Neveu (2004) destacam a forma como o jornalismo de investigação é, ao mesmo tempo, valorizado pelo público e pelos próprios jornalistas, mas insuficientemente praticado.

O tempo que o jornalismo de investigação exige, a incerteza do desfecho e os custos associados às investigações mais complexas poderão não ser as únicas justificações para a expressão residual do jornalismo de investigação. Tong (2002) complementa esta hipótese. Escreve a autora que, num ambiente dominado “pelas perdas severas”, “os média jornalísticos podem também recriar o efeito das suas relações com os poderosos” (p. 34).

Coelho e Silva (2018) e Houston e Horvit (2021) utilizam a mesma expressão — “prova à prova de bala” — para salientarem a necessidade de que a matéria publicada resista à pressão dos interesses instalados, que a investigação pretende desocultar, mas também aos inevitáveis processos judiciais que essa revelação acabará por suscitar.

No mesmo sentido, Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2010) associam à reportagem de investigação a necessidade de serem obtidos “elevados padrões de prova”, mas também “elevados níveis de transparência” e “grande detalhe sobre as fontes e sobre os métodos” utilizados, com o propósito de ser demonstrada a “independência” dessa reportagem (p. 72).

2.4. SOB O PRIMADO DA ÉTICA

Um reforço do compromisso com a ética e laboriosa reflexão sobre situações passíveis de criarem a dúvida no público é, de entre todas, a tarefa verdadeiramente distintiva. Esse compromisso forja “a prova à prova de bala” e reforça a transparência. Como refere David Randall (2016), “a ética não é um extra, é a espinha dorsal do trabalho” (p. 171).

Hoxha (2019) propõe, por isso, que a investigação seja sujeita a “diversas camadas de verificação” (p. 1), tarefa que Houston e Horvit (2021) classificam como “verificação linha a linha”, que obriga o jornalista a “confirmar todos os factos” e a regressar “aos documentos originais” e “às entrevistas”, “o jornalista confere citações”, identificando “inconsistências ou falhas de informação” (p. 104).

O mais exigente compromisso ético também pressupõe que o jornalista de investigação revele especiais cuidados na relação que estabelece com as fontes. Cultivar uma distância relativamente à fonte, descodificando, desde logo, o que a motiva a fazer determinada revelação, limita o risco de o jornalista se deixar instrumentalizar, ficando refém dos interesses dessa fonte (Anderson & Benjaminson, 1976).

A utilização de fontes anónimas é outra decisão que pode comprometer a transparência da investigação. Houston e Horvit (2021) recomendam que fontes anónimas apenas sejam utilizadas depois de ponderada a relevância da informação e esgotadas todas as vias alternativas ao alcance do jornalista, desde logo, tentar que a informação em causa seja assumida, de facto, por outra pessoa com conhecimento real da matéria, ou possa ser confirmada em documentos oficiais.

3. A PERSONALIDADE ESPECÍFICA DO JORNALISTA DE INVESTIGAÇÃO

No campo dos paradoxos que revestem o jornalismo de investigação, James Aucoin (2005) disponibiliza-se a abraçar outro. Numa análise detalhada que faz da evolução do conceito de jornalismo de investigação entre 1960 e 1975, Aucoin cita um dos jornalistas que a história do jornalismo elevou ao estatuto de estrela do jornalismo de investigação, Carl Bernstein. Em 1975, o parceiro de Bob Woodward nas revelações de Watergate recusou publicamente o título de jornalista de investigação: “todas as boas reportagens se baseiam no mesmo tipo de trabalho” (Aucoin, 2005, p. 85), “sempre cheguei às grandes histórias escavando... não creio que faça esse trabalho de forma diferente” (p. 108).

Alicia Shepard, que em 2007 publicou um detalhado relato sobre o percurso de Bernstein e Woodward, depois da fama conquistada com a cobertura de Watergate, reconhece que, “três décadas depois das revelações”, os dois nomes “ainda são sinónimo de elevados padrões na reportagem de investigação aprofundada” (p. xiv). Pela descrição de Shepard (2007), percebemos que Bernstein tinha, afinal, uma posição diferente, sobre o jornalismo de investigação, daquela que expressou em 1975. A biógrafa recorda que, durante a administração Bush, Bernstein exigiu publicamente que fosse feita “uma investigação idêntica à de Watergate” (p. xv).

No intenso detalhe que coloca na caracterização da personalidade jornalística de Carl Bernstein, Alicia Shepard (2007) reproduz as opiniões de colegas de trabalho, de

editores; e, na voz de todos, destacam-se os traços distintivos que Bernstein desvalorizou, em 1975: “um desejo irreprimível de estar no centro das coisas, uma curiosidade feroz... brilhante, intenso, agressivo” (pp. 21–22), o que, desde logo, acentua a posição adversativa, habitualmente associada ao jornalista de investigação (Lanosga et al., 2015; Novais, 2022).

David Anderson e Peter Benjaminson (1976) discorrem sobre a personalidade específica do jornalista de investigação. Os autores consideram que “desocultar informação, sobretudo informação deliberadamente ocultada, exige um certo tipo de personalidade”, caracterizada por “uma extraordinária paciência” e uma “capacidade inesgotável de suportar o aborrecimento” (p. 3). Em 1976, estes autores afirmaram uma distinção que, ainda hoje, é replicada nos manuais dedicados ao estudo do jornalismo de investigação. “O que distingue o jornalista de investigação dos outros jornalistas é a predisposição para escavar [no original, ‘willingness to dig’]” (Anderson & Benjaminson, 1976, p. 4)⁶. Mais de 40 anos depois, Houston e Horvit (2021), destacam, exatamente, a “propensão para escavar” (p. 3), como a marca de água do jornalista de investigação.

3.1. SABER DISPOR DO PRIVILÉGIO DO TEMPO

O tempo que os jornalistas “que sobreviveram aos cortes” esgotam, cada vez mais, em “histórias superficiais” (Birnbauer, 2019, p. 44), desenvolvendo um trabalho quase mecânico, “como o hamster na roda” (Starkman, 2014, p. 246), é, nas redações da era digital, um privilégio. O tempo, por permitir escavar, aumenta a distância entre o jornalista quotidiano e o jornalista de investigação; é uma conquista e uma responsabilidade.

Pat Stith, que durante quatro décadas foi jornalista de investigação, recebeu “o presente do tempo” (Hamilton, 2016, p. 278). O jornalista do *News Observer*, cuja carreira James T. Hamilton (2016) analisou, soube construir “uma combinação feliz”: as suas reportagens geraram “retorno financeiro”, “orgulho profissional” e “responsabilidade social” (p. 278). Stith geriu o tempo de forma sábia, condensando, nessa gestão, as principais características que distinguem o jornalista de investigação: “receber formação”, tendo sido um dos pioneiros do jornalismo de dados, “lutar por ter fontes, analisar dados, preparar entrevistas, conferir e verificar informações, publicar com frequência, e continuar as histórias até gerar a mudança” (Hamilton, 2016, p. 278). Mas ao tempo que o *News Observer* lhe deu, Stith acrescentou o seu próprio tempo, “entregando-se muito para lá do que lhe era exigido, passando noites e fins de semana recolhendo e confirmando informação” (p. 278).

3.2. A DÚVIDA E O MÉTODO

Stith deixava-se guiar por “um mantra”, a dúvida: “eu duvido disso... a frase destaca-se nas muitas entrevistas que deu sobre o seu trabalho” (Hamilton, 2016, p. 208).

⁶ Em 1975, um ano antes da obra conjunta de Anderson e Benjaminson, encontramos a expressão “especialistas em escavar” (“digging specialists”, no original), citada por Walter Lubars e John Wicklein (1975), no volume que organizaram, relativo à conferência sobre Watergate, na Universidade de Boston.

John Pilger (2005) encoraja, igualmente, o ceticismo do jornalista de investigação. Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2010) recomendam que o repórter comece sempre uma história como se nada soubesse, cultivando um “conhecimento cético” (p. 30) permanente. David Randall (2016) assume que o “questionário cético” é atributo do “jornalista universal” (p. viii). Houston e Horvit (2021) recomendam ao jornalista de investigação um “ceticismo saudável” (p. iv). David Anderson e Peter Benjaminson (1976) caracterizam o jornalista de investigação como aquele que desconfia da “natureza humana”, porque, acrescentam, “alguém, algures, estará a prejudicar o interesse público” (pp. 3–4).

Se a dúvida marca o compasso da história, desde a inquietação que a lança até ao momento em que é publicada ou exibida, é a curiosidade que a alimenta. A curiosidade reflete o “desejo” de “conhecer a história para lá da história” (Houston & Horvit, 2021, p. iv). David Randall (2016) considera que os melhores jornalistas revelam uma “curiosidade compulsiva” (p. 279) que os impele a saberem cada vez mais sobre o assunto que investigam. A informação, que acumulam nesse trajeto em direção ao conhecimento aprofundado sobre as matérias que tratam, reclama dos jornalistas de investigação, como consideram Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2010), “um método” que “lhes discipline a curiosidade” (p. 153). Só dessa forma, concluem os autores, os jornalistas conseguem “ir sempre mais longe no processo de questionar” (Kovach & Rosenstiel, 2010, p. 153).

3.3. PERSISTÊNCIA, INTELIGÊNCIA E CREDIBILIDADE

Aprofundar o *como* exige do repórter “envolvimento pessoal” (Hunter, 2018, p. 9), empenho, dedicação, muitas horas de pesquisa, pensamento apurado, inteligência. Como relata Randall (2016), “nunca conheci um repórter excepcional que não fosse, igualmente, muito inteligente, reflexivo e de pensamento apurado”. E esses “são mais meticulosos nas suas reportagens do que os restantes jornalistas” (pp. 277–278). Os “repórteres extraordinários” cultivam uma “subtil assinatura”, que os impele a ir mais fundo no trabalho de verificação (Kovach & Rosenstiel, 2010, p. 153); “a voz e as palavras desses jornalistas reforçam a credibilidade da investigação” (Novais, 2022, p. 313).

Este compromisso com o conhecimento jornalístico, enquanto reforça a utilidade do verbo “escavar”, já aqui assinalada, também associa ao jornalista de investigação outras características que o distinguem dos restantes. Desde logo, a persistência. David Randall (2016) afirma que essa “determinação” é o que lhe permite seguir em frente, ultrapassando “as inevitáveis frustrações” (p. 131).

É “o desafio da verdade por revelar”, acrescentam Anderson e Benjaminson (1976, p. 4), o que leva o repórter de investigação a não desistir. “Desvendar informação escondida” (p. 5) — resistindo à hostilidade dos visados e às manobras de obstrução que todos os que querem que a informação permaneça oculta criam — obriga o jornalista de investigação a esforçar-se ao máximo nesse exercício de *desocultação*.

3.4. A SUBVERSÃO

John Pilger (2005) e Dean Starkman (2014) associam ao jornalista de investigação uma característica menos óbvia, a subversão, que acaba por colocar este jornalista num território marginal. Os autores não usam a palavra, mas os exemplos que valorizam parecem associar aos jornalistas de investigação uma certa rebeldia, um certo desprezo pelas regras e uma vontade de agitar a visão dominante.

Nos exemplos que compilou em *Tell Me No Lies* (Não Me Contes Mentiras), Pilger (2005) destaca os jornalistas que, rejeitando “ser parte do aparato de propaganda” que os reduz ao papel de “porta-vozes dos porta-vozes”, alertam os leitores “para as verdades escondidas vitais”. Esses jornalistas cultivam uma certa “insurreição contra as regras do jogo” (pp. xv–xvi).

Dean Starkman (2014), por seu lado, detalha o papel do jornalista marginal, Mike Hudson, repórter de sociedade de um semanário de Pittsburgh, na cobertura dos acontecimentos que desencadearam a crise do mercado hipotecário norte-americano. Na análise de Starkman (2014), Hudson foi um dos poucos que expôs Wall Street, ultrapassando os constrangimentos da visão oficial: “o jornalismo financeiro é culpado de ter falhado o momento” (p. 287). Quando foi contratado pelo *Wall Street Journal*, Hudson, qual “jogador de basquetebol que joga fora da posição habitual”, nunca se adaptou e demitiu-se (Starkman, 2014, p. 271).

4. AS NOVAS FRONTEIRAS DO JORNALISMO DE INVESTIGAÇÃO

A influência decisiva da tecnologia digital no jornalismo, em geral, e no jornalismo de investigação, em particular, recomenda um regresso aos *Elements of Journalism* (Elementos do Jornalismo), cuja primeira edição Bill Kovach e Tom Rosenstiel publicaram na viragem do século. Na revisão dessa obra seminal, publicada seis anos depois, os autores refletem detalhadamente sobre os efeitos da revolução digital no jornalismo, mantendo a essência:

o propósito do jornalismo não é definido pela tecnologia, nem pelos jornalistas ou pelas técnicas que empregam (...) mas por algo mais básico: a função que as notícias desempenham na vida das pessoas... A face do jornalismo mudou, de facto, mas o seu objetivo manteve uma constância admirável. (Kovach & Rosenstiel, 2007, pp. 11–14)

Focado, exclusivamente, na influência da tecnologia digital na “evolução do jornalismo de investigação”, Abit Hoxha (2019) reconhece que a “a função e o papel do jornalista de investigação mudaram nas últimas décadas. Contudo, a verificação e o conhecimento aprofundado” dos temas que são investigados “permanecerá sempre no âmago do jornalismo de investigação” (p. 1).

A ideia é retomada por outros autores que têm estudado, em detalhe, as novas fronteiras do jornalismo de investigação. Oliver Hahn e Florian Stalph (2018), por exemplo, consideram, exatamente, que as novas técnicas e os novos dispositivos de investigação

“empurram as fronteiras” do jornalismo, expandem as técnicas tradicionais do reportório jornalístico, mas “o jornalismo tradicional mantém-se como pilar” (p. 89).

Jingrong Tong (2022) assume, igualmente, que os dados ajudam a contar histórias, mas não as contam sozinhas. “Os dados são um complemento vital às fontes humanas” (p. 62), no sentido em que o jornalismo de dados e o jornalismo tradicional se articulam num “contínuo” em que o jornalismo “adota as ferramentas informáticas e os algoritmos para recolher, armazenar, filtrar, analisar dados e apresentar as descobertas de uma forma que o ajude a contar histórias” (Tong, 2022, p. 62).

Se, num manifesto “erro de cálculo”, a tecnologia, na viragem do século XX para o XXI, foi por muitos encarada como panaceia de todos os problemas do jornalismo (Downie & Schudson, 2009, p. 16), duas décadas depois, a tecnologia ocupa serenamente o lugar de ferramenta que fortalece e enriquece o jornalismo, sem pôr em causa os valores que o estruturam. A este propósito, Hugo de Burgh (2021) destaca que “o jornalismo deve tratar os dados como qualquer outra fonte de informação (...) com o mesmo grau de ceticismo” (p. 3). Para o jornalista de dados, conclui o autor, o desafio é, por isso, “óbvio”: “estar à altura dos níveis de imparcialidade, prova e verificação dos factos dos melhores jornalistas do passado pré-digital” (Burgh, 2021, p. 6).

4.1. O DESAFIO DA TECNOLOGIA

Para manter a missão de fiscalização da ação dos poderes, o jornalista de investigação da era digital tem de adquirir novas competências e assumir novas funções. Aceder a fontes digitais e saber explorar os dados que elas contêm — dando aos dados um sentido jornalístico, construindo uma matéria, com potencial de criar impacto, a partir desse trabalho — exige “jornalistas híbridos”, que “combinem a prática jornalística com os métodos das ciências e a inovação tecnológica” (Hahn & Stalph, 2018, p. 7).

Este *hibridismo digital* consiste no aprofundamento do conceito de jornalismo de precisão, cunhado por Philip Meyer, nos anos 70 do século passado, e que, no essencial, aplicava as metodologias das ciências sociais ao jornalismo. Na era digital, essa aliança é alargada às ciências computacionais e à estatística (Hahn & Stalph, 2018; Tong, 2022).

A tecnologia que permite filtrar e descriptar um volume de dados com a gigantesca dimensão da fuga que o Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação tratou nos Panama Papers⁷ é a mesma que permitiu erguer a rede que aliou os 370 repórteres dispersos por diferentes lugares do mundo, aproximando culturas distintas, línguas diferentes e atribuiu, a cada repórter, o escudo protetor que, sobretudo, em regiões do globo marcadas pelos atentados à liberdade de expressão, permitiu diluir o risco por todos os jornalistas envolvidos (Coelho & Rodrigues, 2020; Lück & Schultz, 2019; Sambrook, 2017).

⁷ A investigação dos Panama Papers, liderada pelo Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação, juntou 370 jornalistas de 80 países com 25 línguas diferentes e 100 órgãos de comunicação social. O grupo trabalhou uma fuga de informação com 11.500.000 documentos, com várias camadas de encriptação. A investigação revelou as ligações de centenas de políticos e figuras públicas a 250.000 *offshores*. Os jornalistas trabalharam um ano, seguindo regras apertadas, definidas pelo Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação, sem que nenhum deles quebrassem o silêncio a que estavam obrigados. O consórcio publicou 4.700 artigos (Burgh, 2021; Días-Struck & Cabra, 2018; Houston & Horvit, 2021; Hoxha, 2019; Tong, 2022).

A tecnologia, que possibilita que o jornalismo cruze fronteiras, conquiste escala e atinja um impacto global, é, todavia, a mesma que alimenta a paranoia securitária dos Estados, simultaneamente criando bolhas de proteção de informação — que tornam o acesso a matérias essenciais difícil, ou mesmo impossível — e vigiando, fiscalizando, a todo o momento, qualquer cidadão, mesmo que essa escuta seja mera expressão de um poder descontrolado.

O jornalismo colaborativo de investigação vive um “dilema tecnológico” (Coelho & Rodrigues, 2020, p. 143), que Bell e Owen (2017) descrevem nestes termos: “as razões pelas quais o Estado quer domar, penetrar e controlar o universo digital são as mesmas que fazem desse universo um instrumento de liberdade” (p. 8).

O dilema de que falávamos conquistou especial relevância com as revelações de Edward Snowden, que tiveram um duplo efeito no jornalismo de investigação. Por um lado, fortaleceu-o — potenciando a criação de uma rede de jornalistas que investigaram e revelaram a fuga, permitindo que a denúncia da vigilância maciça da Agência de Segurança Nacional atingisse uma dimensão global, o que fragilizou a administração norte-americana —, por outro lado, essa revelação inaugurou um novo tempo de paranoia securitária, com efeitos negativos diretos no jornalismo de investigação: “os *cinco olhos*⁸ perceberam que tinham tecnologia para vigiar os jornalistas e as suas fontes e o jornalismo de investigação teve de se adaptar” (Burgh, 2021, p. 4).

Para reconquistarem a confiança das fontes, muitos jornalistas de investigação, mesmo conscientes de que a vigilância está em toda a parte, retomaram o contacto direto, outros aprenderam técnicas de encriptação. Os órgãos de comunicação social financeiramente mais robustos, onde o jornalismo de investigação tem expressão, montaram ações de formação em segurança digital destinadas aos jornalistas e estes estenderam essa formação às fontes. Mas a consciência de que a segurança da informação deixou de ser um dado absoluto instalou-se: “o caso Snowden virou do avesso o trabalho dos jornalistas” (Posetti, 2018, p. 252).

4.2. O DESAFIO DA COLABORAÇÃO

Associada ao jornalismo de investigação, a tecnologia digital permitiu reforçar o jornalismo colaborativo. Na realidade, os projetos colaborativos estão identificados desde os anos 70 do século passado. Em 1976, num tempo em que a comunicação à distância dependia do telefone ou das cartas, e a cultura do “lobo solitário” (Burgh, 2021, p. 3) marcava o compasso da investigação jornalística nas redações, o *Arizona Project* juntou 40 jornalistas de 12 meios de comunicação social para prosseguirem as investigações do jornalista Don Bolles, assassinado em Phoenix, Arizona (Houston & Horvit, 2021). O *Arizona Project* lançou a mensagem clara de que “ninguém poderia matar a história, matando o repórter”⁹ (Houston & Horvit, 2021, p. v) e foi a fonte de inspiração de to-

⁸ Uma aliança entre os serviços secretos dos Estados Unidos da América, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

⁹ O mesmo princípio foi retomado em 2018, com o lançamento do *Daphne Project*, o primeiro projeto do consórcio criado por Laurent Richard, Forbidden Stories. O *Daphne Project* juntou 45 jornalistas de 15 países e 18 meios de comunicação social que continuaram o trabalho de investigação de Daphne Caruana Galizia, a jornalista maltesa assassinada em 2017, na sequência da investigação que estava a fazer às suspeitas de alegado favorecimento do poder político a uma empresa “misteriosa”, a 17 Black, sediada no Dubai (Coelho & Rodrigues, 2020).

das as colaborações que aconteceram depois, sobretudo daquela que, sustentada pelo jornalismo de dados, reinventou o conceito de colaboração (Hoxha, 2019) e mudou “a antropologia do jornalismo de investigação” (Burgh, 2021, p. 3) — a investigação dos Panama Papers, que antes referimos.

A colaboração assenta naquilo que o Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação classifica como “partilha radical” (Guevara, 2016). Os repórteres em rede partilham, a todo o momento, o resultado das suas descobertas. A partilha é, desde logo, um desafio para os jornalistas, sobretudo para aqueles que se formaram no universo da competição. Por isso, para ser efetiva, a partilha exige confiança, o princípio onde se alicerça a colaboração jornalística (Días-Struck & Cabra, 2018; Houston & Horvit, 2021).

4.3. O DESAFIO DA INOVAÇÃO

O jornalista de dados enfrenta, como o jornalista da era analógica sempre enfrentou, o desafio da forma. Houston e Horvit (2021) consideram, aliás, “um erro enorme” que os jornalistas de investigação “dediquem pouco pensamento” à forma como devem apresentar as histórias: “há inúmeros exemplos de brilhantes trabalhos de reportagem que (...) acabaram por ter pouco impacto, apenas porque a escrita era impenetrável” e incapaz de cativar o leitor (p. 77). A crítica é válida para a imprensa, mas também para a televisão, multimédia ou *podcast*.

Na era digital, o jornalismo de investigação vence o desafio da forma estabelecendo um maior compromisso com o visual nas suas diversas dimensões: o vídeo, as infografias interativas, os gráficos, a fotografia, as imagens de drone. Nesse sentido, as equipas alargam-se, integrando infografistas, designers, fotógrafos, programadores, jornalistas visuais e operadores de drone (Kreimer, 2018; Radu, 2018).

“Inovação” é a palavra-chave para Natalia Antelava (2018). A plataforma CODA¹⁰, da qual é cofundadora, é fruto de duas alianças: junta diversas categorias profissionais e articula os modelos tradicionais de *storytelling* — “o texto tradicional, os longos formatos narrativos e o vídeo” — a “formatos digitais distintivos e inovadores” (p. 223). As alianças da CODA são estruturadas a pensar no essencial: produzir conteúdos de “elevada qualidade”.

5. CONCLUSÃO

Aliado à tecnologia digital, o jornalismo de investigação está a adaptar-se à crescente complexidade do mundo, abraçando histórias que transbordam fronteiras, criando redes de jornalistas que, a partir de vários lugares de muitas culturas, conseguem, elegendo a história como objetivo supremo, colaborar em vez de competir. Aliado a engenheiros informáticos, especialistas em ciência de dados, infografistas, académicos, designers, o jornalista de investigação alarga as fronteiras da profissão, conseguindo armazenar, organizar, filtrar pacotes gigantescos de informação, dar-lhes sentido e forma, e construir histórias de qualidade, geradoras de impacto.

¹⁰ Coda Story é uma *start-up* de jornalismo que junta jornalistas de várias gerações, designers, tecnólogos e editores. O objetivo da plataforma é romper com o círculo descartável das notícias, cobrindo “uma crise de forma a criar uma narrativa coesa e com sentido” (Antelava, 2018, p. 222).

A tecnologia digital está, igualmente, na base da criação de novos modelos de negócio no jornalismo de investigação, desde as *start-ups* que investigam matérias que despertam o interesse de nichos, algumas delas financeiramente alimentadas pelo *crowdfunding* (Antelava, 2018, p. 226), até às grandes entidades não lucrativas que explodiram nos Estados Unidos da América a seguir à crise do mercado hipotecário (Birnbauer, 2019, p. 64).

Nos grandes média jornalísticos norte-americanos, o jornalismo de investigação, como Birnbauer (2019) enfatiza, e já aqui escrevemos, resistiu aos cortes que afetaram o jornalismo quotidiano. Mas resistiu, igualmente, porque, na sequência da crise, despontou, com velocidade, um setor não lucrativo, suportado por fundações e doadores individuais. Receando que os piores prognósticos sobre o futuro do jornalismo de investigação se cumprissem, esses protagonistas salvaram-no por antecipação, entregando centenas de milhões de dólares em doações a jornalistas de referência que, tendo abandonado os média tradicionais, fundaram entidades não lucrativas, inteiramente dedicadas ao jornalismo de investigação.

Birnbauer (2019) encara, por isso, o futuro do jornalismo de investigação nos Estados Unidos da América com otimismo, desvalorizando, de forma clara, as diversas ameaças que ele próprio identifica, e que, na nossa ótica, não são passíveis de desvalorização.

É o próprio autor que assinala a concentração das doações, mais de 40%, em três entidades nacionais — ProPublica, Center for Public Integrity e Center for Investigative Reporting (Birnbauer, 2019). Se o futuro destas três entidades não parece ameaçado, o estudo de Birnbauer lança dúvidas expressivas sobre o futuro das entidades não lucrativas mais pequenas, que servem territórios de proximidade e onde, como, aliás, salienta o autor, os doadores não comungam dos mesmos valores dos que financiam as entidades nacionais.

É certo que Bill Birnbauer (2019) acredita que, no futuro, as entidades não lucrativas nacionais possam estabelecer parcerias com as mais pequenas, revitalizando-as e tornando-as menos dependentes das incertezas dos doadores locais, mas a base onde esse futuro se há de sustentar não está descrita.

Nos territórios marginais dos Estados Unidos da América, se o setor não lucrativo, dedicado à investigação jornalística, não parece ter a força para resistir, também é certo, como, aliás, salienta o autor, que a segunda vida do jornalismo de investigação também não chegou aos jornais metropolitanos norte-americanos (Birnbauer, 2019).

Seguindo esta linha de análise, poderemos estabelecer um paralelo com outros mercados menos pujantes, como o português, por exemplo, onde a expressão do jornalismo de investigação é igualmente residual (Coelho & Silva, 2021; Freitas et al., 2019).

A possibilidade de estarmos a alimentar um mundo a duas velocidades é real. De um lado a penumbra — sugerida pela ausência do escrutínio apurado do exercício dos poderes, que a investigação jornalística alcança — do outro, a permanente vigilância crítica que contribui para alimentar de informação de qualidade, rigorosa, verificada, aprofundada os que a ela conseguem aceder.

O jornalismo de investigação pode estar a viver uma segunda vida, mas o risco de esse renascimento não estar a chegar a todos existe, e não deve ser omitido.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é parte integrante do projeto – *Estratégias de Inovação do Jornalismo de Investigação* – financiado pelo ICNOVA, no âmbito dos projetos exploratórios.

REFERÊNCIAS

- Anderson, D., & Benjaminson, P. (1976). *Investigative reporting*. Indiana University Press.
- Antelava, N. (2018). In-depth crisis reporting. In O. Hahn & F. Stalph (Eds.), *Digital investigative journalism* (pp. 217–229). Palgrave Macmillan.
- Aucoin, J. (2005). *The evolution of American investigative journalism*. University of Missouri Press.
- Bell, E., & Owen, T. (2017). *Journalism after Snowden: The future of the free press in the surveillance state*. Columbia University Press.
- Benjamin, M. (2014, 10 de outubro). Why are the media playing lapdog and not watchdog – again – on war in Iraq? *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/oct/10/media-lapdog-sold-war-in-iraq>
- Birnbauer, B. (2019). *The rise of nonprofit investigative journalism in the United States*. Routledge.
- Burgh, H. (2021). Introduction. In H. de Burgh & P. Lashmar (Eds.), *Investigative journalism* (pp. 11–31). Routledge.
- Cagé, J. (2016). *Saving the media: Capitalism, crowdfunding and democracy*. Harvard University Press.
- Coelho, P., & Rodrigues, I. A. (2020). Rebuilding investigative journalism. Collaborative journalism: Sharing information, sharing risk. *Observatorio (OBS*)*, 14(4), 135–157. <https://doi.org/10.15847/obsOBS14420201748>
- Coelho, P., & Silva, M. T. (2018). O lucro social e financeiro do jornalismo de investigação. *Media & Jornalismo*, 32(18), 73–94. <http://hdl.handle.net/10362/63552>
- Coelho, P., & Silva, M. T. (2021). A resistência do jornalismo de investigação. In J. C. Correia & I. Amaral (Eds.), *De que falamos quando dizemos “jornalismo”?* *Temas Emergentes de Pesquisa* (pp. 25–53). Labcom.
- Días-Struck, E., & Cabra, M. (2018). Uncovering international stories with data and collaboration. In O. Hahn & F. Stalph (Eds.), *Digital investigative journalism* (pp. 55–67). Palgrave Macmillan.
- Downie, L., Jr., & Schudson, M. (2009, novembro/dezembro). *The reconstruction of American journalism*. Columbia Journalism Review. https://archives.cjr.org/reconstruction/the_reconstruction_of_american.php
- Freitas, A., Silva, A., & Amante, S. (2019). Re(a)apresentações do jornalismo de investigação na voz dos profissionais de comunicação. In T. A. de Barros, S. Ferreira, P. Lobo, S. Morais, P. Rodrigues, F. Sobral, & L. Sousa (Eds.), *Ciências da comunicação: Vinte anos de investigação em Portugal* (pp. 663–684). SOPCOM/ Instituto Politécnico de Viseu.
- Gellhorn, M. (2007). *A face da guerra* (C. Vitorino & I. Veríssimo, Trans.). Dom Quixote. (Trabalho original publicado em 1959)
- Guevara, M. W. (2016, 7 de dezembro). *Radical sharing: Breaking paradigms to achieve change*. International Consortium of Investigative Journalists. <https://www.icij.org/inside-icij/2016/12/radical-sharing-breaking-paradigms-achieve-change/>
- Hahn, O., & Stalph, F. (Eds.). (2018). *Digital investigative journalism*. Palgrave Macmillan.
- Hamilton, J. T. (2016). *Democracy's detectives, the economics of investigative journalism*. Harvard University Press.

- Harcup, T. (2014). *Oxford dictionary of journalism*. Oxford University Press.
- Houston, B., & Horvit, M. (2021). *The investigative reporter's handbook*. IRE.
- Hoxha, A. (2019). Investigative journalism. In T. P. Vos & F. Hanusch (Eds.), *The international encyclopedia of journalism studies*. John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0134>
- Hunter, M. L. (2018). *Story-based inquiry: A manual for investigative journalists*. UNESCO.
- Jack, I. (2006). Introduction. In I. Jack (Ed.), *The Granta book of reportage* (pp. v–xiii). Granta Books.
- Knobel, B. (2018). *The watchdog still barks*. Fordham University Press.
- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2007). *The elements of journalism (completely updated and revised)*. Three Rivers Press.
- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2010). *Blur. How to know what's true in the age of information overload*. Bloomsbury.
- Kreimer, B. (2018). Drone journalism: Storytelling from a new perspective. In O. Hahn & F. Stalph (Eds.), *Digital investigative journalism* (pp. 91–103). Palgrave Macmillan.
- Lanosga, G., Willnat, L., Weaver, D., & Hounston, B. (2015). A breed apart? A comparative study of investigative journalists and US journalists. *Journalism Studies*, 18, 265–287. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2015.1051570>
- Lehren, A. (2018). The rise of investigative data journalism. In O. Hahn & F. Stalph (Eds.), *Digital investigative journalism* (pp. 9–19). Palgrave Macmillan.
- Lubars, W., & Wicklein, J. (1975). *The lessons of Watergate: A two day conference*. Boston University.
- Lück, J., & Schultz, T. (2019). Investigative data journalism in a globalized world. *Journalism Research*, 2(2), 93–114. <https://journalistik.online/en/paper-en/investigative-data-journalism-in-a-globalized-world/>
- Marinho, S. (2015). *Jornalismo e formação em mudança: Modelos e construções na análise do caso português*. CECS.
- Meyer, P. (2004). *The vanishing newspaper, saving journalism in the information age*. University of Missouri Press.
- Neveu, É. (2004). *Sociologia do jornalismo*. Porto Editora.
- Novais, R. A. (2022). Na linha de fogo: A adversatividade do jornalismo de investigação português na cobertura do populismo de extrema-direita. *Media & Jornalismo*, 22(40), 301–318. https://doi.org/10.14195/2183-5462_40_15
- Pilger, J. (2005). *Tell me no lies, investigative journalism and its triumphs*. Vintage Books.
- Posetti, J. (2018). The future of investigative journalism in an era of surveillance and digital privacy erosion. In O. Hahn & F. Stalph (Eds.), *Digital investigative journalism* (pp. 9–19). Palgrave Macmillan.
- Radu, J. (2018). Visual storytelling: Show, not tell? Show and tell. In O. Hahn & F. Stalph (Eds.), *Digital investigative journalism* (pp. 113–123). Palgrave Macmillan.
- Ramonet, I. (2011). *L'Explosion du journalism, des médias de masse à la masse de médias*. Éditions Galilée.
- Randall, D. (2016). *The universal journalist*. Pluto Press.
- Sambrook, R. (2017). *Global teamwork: The rise of collaboration in investigative journalism*. Reuters Institute; University of Oxford.
- Sarmina, A. (2018). Fact-checking as defense against propaganda in the digital age. In O. Hahn & F. Stalph (Eds.), *Digital investigative journalism* (pp. 193–203). Palgrave Macmillan.

- Shepard, A. (2007). *Woodward and Bernstein, life in the shadow of Watergate*. John Wiley & Sons.
- Starkman, D. (2014). *The watchdog that didn't bark: The financial crisis and the disappearance of investigative journalism*. Columbia University Press.
- Starr, P. (2011). Goodbye to the age of newspapers (hello to a new era of corruption): Why American politics and society are about to be changed for the worse. In R. W. McChesney & V. Pickard (Eds.), *Will the last reporter please turn out the lights, the collapse of journalism and what can be done to fix it* (pp. 18–37). New York Press.
- Tong, J. (2022). *Journalism in the data age*. SAGE.
- Zelizer, B. (2017). *What journalism could be*. Polity Press.
- Zelizer, B., & Allan, S. (2010). *Key words in news and journalism*. Open University Press.

NOTA BIOGRÁFICA

Pedro Coelho é professor auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, e *Grande Repórter* de investigação da SIC. Doutorado em estudo dos média e do jornalismo pela Universidade NOVA de Lisboa. Investigador integrado do Instituto de Comunicação da NOVA. É autor de diversas grandes reportagens de investigação e de vários artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais sobre jornalismo de investigação, formação académica em jornalismo, reportagem e jornalismo de proximidade. Autor, coautor e organizador de seis livros, cinco académicos e um de reportagem. Foi distinguido com vários prémios de jornalismo, entre eles dois prémios Gazeta de Televisão (2017, 2014). Conquistou duas bolsas de jornalismo de investigação atribuídas pela Fundação Calouste Gulbenkian. É membro fundador da rede interescolar (ensino superior) Repórteres em Construção. Pedro Coelho é presidente do “V Congresso dos Jornalistas”. Integrou as comissões executiva e organizadora do “IV Congresso dos Jornalistas Portugueses”. É membro do International Press Institute e integrou o Conselho Geral do Sindicato dos Jornalistas até 2021.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5734-4731>

Email: pedrocoelho@fcsh.unl.pt

Morada: Faculdade de Ciências Sociais e Humana - Av. de Berna, 26 C · 1069-061 Lisboa, Portugal

Submetido: 06/02/2023 | Aceite: 05/06/2023



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.